

CENTRO UNIVERSITÁRIO ATENAS

ELZIDARLE MENDES CORNÉLIO

**CRIANÇAS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO: valorizando e incluindo através dos direitos
humanos**

Paracatu

2022

ELZIDARLE MENDES CORNÉLIO

CRIANÇAS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: valorizando e incluindo através dos direitos humanos

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia do Centro Universitário Atenas, como requisito parcial para obtenção do título Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Pedagogia Infantil

Orientadora: Prof^a. Dra. Eleusa Spagnoulo Souza

Paracatu

2022

ELZIDARLE MENDES CORNÉLIO

CRIANÇAS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: valorizando e
incluindo através dos direitos humanos

Monografia apresentada ao Curso de
Pedagogia do Centro Universitário Atenas,
como requisito parcial para obtenção do título
Licenciatura em Pedagogia.

Área de concentração: Pedagogia Infantil

Orientadora: Prof^a. Dra. Eleusa Spagnuolo
Souza

Banca examinadora:

Paracatu, 21 de junho de 2022.

Prof^a. Dra. Eleusa Spagnuolo Souza
Centro Universitário Atenas

Prof. Ma. Hellen Conceição Cardoso Soares
Centro Universitário Atenas

Prof. Douglas Gabriel Pereira
Centro Universitário Atenas

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente pelas oportunidades, por capacitar-me e realizar meu sonho, concedendo-me forças para vencer os desafios da vida.

À minha filha, Lídia Brennda, por estar sempre torcendo por mim, compartilhar seu conhecimento e por sempre está à disposição para me ajudar.

À memória do meu pai, Antônio Mendes Cornélio, por quem sempre tive uma grande admiração, um homem simples, humilde, de um coração grandioso e que hoje trago-o no meu coração e na minha lembrança.

Ao meu esposo, Milton Luiz e minha mãe Elza, pelo apoio de todos os dias, e que sempre fizeram de tudo para ver o meu crescimento e estão constantemente torcendo por mim.

A todos os professores, que antes eram meus colegas de serviço e que foram meus mestres e compartilharam comigo seus conhecimentos.

Às colegas em especial, a Rosimeire, pois em um momento de desânimo estive ao meu lado, com suas palavras de carinho, sem medir esforços, deu-me a mão e ajudou-me a levantar e seguir.

À minha orientadora, Dra. Eleusa Spagnuolo, que me orientou com dedicação e paciência, sendo sempre incisiva nas suas colocações.

Ao pró-reitor acadêmico, Delander, que com suas sábias palavras e incentivos, encorajou-me a realizar um sonho e a celebrar esse marco em minha vida: minha formatura.

Obrigada! Gratidão a cada um de vocês.

Sei que meu trabalho é uma gota no oceano, mas sem ele o oceano seria menor.

Madre Tereza de Calcutá

RESUMO

O presente trabalho trata de uma pesquisa intitulada A Infância como Palco de Direitos Humanos. Atualmente tem-se o amparo legal para esses alunos serem matriculados nas escolas comuns juntamente com outras crianças e serem atendidos no contra turno na sala do AEE. Este estudo tem como objetivo aprimorar o conhecimento em relação a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na educação infantil para que crianças e adolescentes se desenvolvam como cidadãos socialmente ativos e usufruam de respeito. O lúdico dentro da escola é uma possibilidade de pensar a educação inclusiva numa perspectiva autônoma, criativa, consciente, sendo uma enriquecedora alternativa metodológica para abrir uma porta para o mundo social e para cultura escolar. Dessa forma esse estudo justifica-se por ser um assunto polêmico que perpassa as nossas salas de aulas. O professor deve engajar-se no movimento que luta por uma sociedade inclusiva, baseada no princípio de valorização pessoal e diversidade humana. Por meio de uma pesquisa bibliográfica este estudo está fundamentado. Desta forma, conclui-se que cada professor deve adequar e aperfeiçoar sua didática no intuito de atender todas as diferenças existentes.

Palavras-chave: Conhecimento. Inclusão. Leis. Lúdico.

ABSTRACT

The present work deals with a research entitled Childhood as a Stage of Human Rights. Currently there is legal protection for these students to be enrolled in ordinary schools together with other children and be attended on the counter shift in the AEE room. This study aims to improve knowledge regarding the inclusion of children with special educational needs in early childhood education so that children and adolescents develop as socially active citizens and enjoy respect. The playful within the school is a possibility to think about inclusive education in an autonomous, creative, conscious perspective, being an enriching methodological alternative to open a door to the social world and to school culture. Thus, this study is justified because it is a controversial subject that permeates our classrooms. The teacher must engage in the movement that fights for an inclusive society, based on the principle of personal appreciation and human diversity. Through a bibliographical research this study is based. Thus, it is concluded that each teacher must adapt and improve his didactics in order to meet all existing differences.

Keywords: Knowledge. Inclusion. Laws. Ludic.

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE Atendimento Educacional Especializado

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC Ministério da Educação e Cultura

PNE Pessoa com necessidades especiais

PNDH Programa Nacional dos Direitos Humanos

RCN Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 PROBLEMA	9
1.2 HIPÓTESE	10
1.3 OBJETIVOS	10
1.3.1 OBJETIVO GERAL	10
1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
1.4 JUSTIFICATIVA	11
1.5 METODOLOGIA	11
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO	12
2 POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS DAS CRIANÇAS	13
3 INCLUSÃO E ATIVIDADES LÚDICAS	16
4 A CRIANÇA DO AEE E SEUS DIREITOS	20
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO

O movimento pelos direitos da criança na década de oitenta surge como marco importante no Brasil. As reivindicações em torno da confirmação da criança como cidadã, validam-se assim, discursos que destacam uma cidadania para as crianças. Analisa-se, porém, que o debate teórico em torno da relação entre inclusão, infância e cidadania precisa de uma maior atenção a fim de tornar claro as diferenças que envolvem essa relação (BRASIL, 1988).

Assim, esta pesquisa desenvolve-se em torno da temática Inclusão: A Infância Como Palco de Direitos Humanos, o qual tem como eixo de estudo o relacionamento entre inclusão, infância e a cidadania. Sendo assim, propõe-se estudar inclusão e cidadania na infância e contribuir com uma análise mais aprofundada da questão dos direitos da criança. Esse estudo torna-se relevante para nos estudantes da pedagogia, pois devemos estar atentos ao cumprimento dos direitos de nossas crianças.

Nota-se a importância de utilizarmos as atividades lúdicas visto que as mesmas têm um papel fundamental no desenvolvimento da autonomia, da autoconfiança, da realização pessoal e social na medida em que os jogos contribuem para o bem-estar físico e mental, ajudando a criança a ter uma imagem favorável de si mesma (MITLLER, 2003).

1.1 PROBLEMA

O professor deve engajar-se no movimento que luta por uma sociedade inclusiva, baseada no princípio de valorização pessoal e diversidade humana. Inserir o aluno com necessidades educacionais especiais desde a educação infantil torna-se relevante visto que é direito de toda criança o acesso à educação.

A Escola tem valorizado e incluído as crianças do AEE, respeitando assim os direitos humanos?

1.2 HIPÓTESES

Hoje em dia as crianças com necessidades educacionais especiais têm o amparo legal para serem matriculadas nas escolas comuns com outras crianças e serem atendidas no contra turno na sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado). O professor deve preocupar-se em garantir a todos os alunos o respeito e cumprimento de seus direitos.

Sendo assim, existe uma atenção muito grande voltada aos direitos da criança e do adolescente, por meio dos vários documentos criados para amparar e fazer valer os direitos deste grupo social, as escolas estão se adequando da melhor forma possível para atender essa clientela.

O uso das atividades lúdicas na educação infantil é um forte aliado para as crianças com necessidades educacionais especiais, pois através das mesmas, tem-se a oportunidade de aprender brincando. Conviver com os diferentes sentimentos, de ganhos, perdas, satisfação e frustração; desenvolvendo a autonomia, identidade e sabendo aguardar sua vez.

1.3 OBJETIVO

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Aprimorar o conhecimento em relação a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais por meio de seus direitos

1.3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) apresentar políticas públicas voltadas para o direito das crianças;
- b) conhecer a importância das atividades lúdicas para a inclusão;
- c) discutir sobre a criança com necessidades educacionais especiais por meio dos seus direitos.

1.4 JUSTIFICATIVA

Sabe-se que hoje em dia os alunos com necessidades educacionais especiais são amparados por leis que garantem a permanência dos mesmos no ensino regular; mas este ainda passa por adaptações para garantir uma educação de qualidade a esses alunos. O movimento pelos direitos da criança na década de oitenta surge como marco importante no Brasil. As reivindicações em torno da confirmação da criança como cidadã, validam-se assim, discursos que destacam uma cidadania para as crianças.

Assim, esta pesquisa desenvolve-se em torno da temática inclusão: a infância como palco de direitos humanos, o qual tem como eixo de estudo o relacionamento entre a infância, cidadania, inclusão e atividades lúdicas. Sendo assim, propõe-se estudar a cidadania na infância e contribuir com uma análise mais aprofundada da questão dos direitos da criança. Esse estudo torna-se relevante para nos estudantes da pedagogia, pois devemos estar atentos ao cumprimento dos direitos de nossas crianças.

1.5 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida no presente trabalho fundamenta-se em revisão bibliográfica do tipo descritiva sendo assim, faz-se necessário a realização de um levantamento bibliográfico sobre o tema que servirá de base teórica para a descrição crítica das observações levantadas durante a leitura dos autores pesquisados. Para Cruz (2011, p. 116) “Pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Para Marconi e Lakatos (2011) a revisão bibliográfica abrange todos os meios científicos que já se tornaram público acerca do tema relacionado ao estudo, desde publicações, livros, revistas, pesquisas, monografias, teses entre outros. O referencial teórico foi retirado de artigos científicos depositados na base de dados Google Acadêmico, e em livros relacionados ao tema. O que permitirá apreender e analisar a percepção de vários autores que abordam o tema em questão, tecendo assim uma análise de dados coletados durante a leitura dos mesmos.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O primeiro capítulo explana acerca da introdução com a contextualização do estudo, formulação do problema da pesquisa, hipóteses, o objetivo geral bem como os específicos, justificativas, metodologia da pesquisa, assim como a estruturação da monografia.

O segundo capítulo apresenta uma breve explanação sobre as políticas públicas voltadas para o direito das crianças.

O terceiro capítulo aborda acerca da importância das atividades lúdicas para a inclusão de crianças portadoras de necessidades educacionais especiais.

O quarto capítulo transcorre sobre a criança com necessidades educacionais especiais por meio dos seus direitos.

O quinto capítulo aborda as considerações finais a cerca deste estudo e as referências bibliográficas.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS DAS CRIANÇAS

Por meio dos discursos pedagógicos referentes a ideia de liberdade, autonomia e singularidade, o século XX estabeleceu um progressivo reconhecimento da necessidade de proteção da infância, evidenciando a necessidade de a sociedade valorizar na criança o que tem de melhor. Através da Convenção dos Direitos da Criança ficou reconhecido os vários direitos da infância, estabelecendo-se normas, deveres e obrigações a todos os Estados.

No texto da Convenção dos Direitos da Criança de 1989 enunciou o reconhecimento dos direitos decorrentes da sua efetiva aceção como pessoa, em condição de desenvolvimento pessoal e social. Essa identificação dos direitos da criança requer também o cumprimento de deveres que, de forma efetiva, legitimem essa proteção, quer por parte do Estado, quer por parte dos cidadãos. A criança deve ser concebida como elemento dinâmico com o desenvolvimento e aproveitamento de todas as suas potencialidades.

No Brasil a normatização dessa concepção sustentada pela Convenção dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989, pela Constituição Federal e especificamente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, com enfoque sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) foi um importante ponto de partida para a política da criança como sujeito de direitos. Desde sua criação até agora, não há como se negar, houve um avanço em termos desse reconhecimento.

Na constituição Federal de 1988 fica estabelecido que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, art. 227).

Deste modo, desde a promulgação da constituição federal fica claro o dever do Estado, da família e da sociedade de garantir os direitos da criança e do adolescente.

Dois anos depois da constituição, surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), nota-se, o estabelecimento dos mesmos direitos indicados pela Convenção Internacional dos direitos da Criança, qual seja: direito a proteção, direito à liberdade e à cidadania. Sendo assim, a luta pelos direitos das crianças e adolescentes ganha novas e expandidas fronteiras, através de diferentes documentos e estratégias que tomam tanto um caráter global como local. Tais documentos internacionais ou nacionais servem, para colocar em vigor o direito das crianças independentemente de nacionalidade, cor, raça e classe social. Isto significa garantir a dignidade humana em oposição a qualquer outra característica social ou étnica que a criança tenha.

No capítulo IV do ECA (1990), tem-se as determinações quanto ao direito à escola. Uma escola que promova uma educação digna, contextualizada e que insira os alunos no mundo do conhecimento através de descobertas e aprendizagens significativas, reconhecendo as particularidades de cada criança e adolescente. Tal direito deve ser garantido pelo estado, pelos pais ao matricularem e manterem seus filhos frequentando a escola, bem como por professores e demais profissionais de educação, que acolhem esses alunos e com eles convivem.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), a escola deve atuar no sentido de complementar o que é vivenciado na família e no contexto social das crianças e adolescentes, promovendo um desenvolvimento integral, tanto cognitivo quanto social, emocional e psíquico. A LDB/96 estabelece também que o currículo da Educação Básica deve contemplar a propagação dos valores sociais, tanto quanto promover uma educação para o exercício da cidadania, tendo uma preocupação com a formação por completo da criança e do adolescente em idade escolar, preparando-os para a vida e não somente para exercer uma profissão.

Sendo assim, todas as ações do poder público devem estar voltadas ao Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH, 2010), documento elaborado pela Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, onde tem-se as diretrizes para as ações referentes ao que o governo federal, estadual e municipal deve realizar, visando assegurar o cumprimento dos direitos humanos no Brasil, ressaltando quais órgãos ou entidades públicas ficarão encarregados de realizar cada umas dessas ações.

Continuando a citação acima sobre o (PNH, 2010) as determinações para a educação formal e não formal está no eixo orientador V, intitulado “Educação e cultura

em Direitos Humanos”, assegurando uma educação focada na valorização dos direitos humanos e sociais. Em seu texto, declara que “A educação e a cultura em Direitos Humanos visam à formação de nova mentalidade coletiva para o exercício da solidariedade, do respeito às diversidades e da tolerância” (PNDH, 2010, p. 150).

Segundo Serrano (2002) cabe à família e a escola a tarefa de educar as crianças, sendo assim, quanto maior for o relacionamento, melhor será o resultado, favorecendo o desempenho do aluno. Escola e pais de alunos têm objetivos comuns necessitando ter coerência e responsabilidade nesse processo educativo. O grande desafio atual é criar oportunidades de desenvolver o potencial de cada indivíduo com o intuito de obter os resultados desejados, criando condições favoráveis ao inter-relacionamento no ambiente escolar.

Segundo Mitller (2003, p. 26):

No contexto da educação, a reestruturação das escolas baseadas em diretrizes inclusivas é um reflexo de um modelo de sociedade em ação” e requer a interação entre as necessidades individuais e as alterações dos sistemas escolares. Dessa forma apontam-se algumas mudanças que devem ocorrer no âmbito educacional:

- Maior flexibilidade para a construção de propostas pedagógicas e de organização escolar;
- Educação inclusiva oferecida na sala de aula comum e compatível com a noção de apoio especializado;
- Preparação apropriada aos educadores, na formação inicial em educação e no desenvolvimento profissional contínuo;
- Com a inclusão tem-se a necessidade de alteração da estrutura física das escolas (Mittler, 2003, p. 26).

Sendo assim, é preciso estruturar a mudança da escola levando em conta o currículo, os processos avaliativos, os registros e os relatórios de aquisições dos alunos, as decisões sobre os agrupamentos na sala de aula, a pedagogia e as práticas docentes.

3 INCLUSÃO E ATIVIDADES LÚDICAS

Através das atividades lúdicas, tem-se a oportunidade de aprender brincando e conviver com os diferentes sentimentos, de ganhos, perdas, satisfação e frustração; desenvolvendo a autonomia, identidade e sabendo aguardar sua vez. As crianças aprendem a dividir os brinquedos, socializar e desinibir; assim os brinquedos, as brincadeiras, os jogos, as músicas e as cantigas de roda são fatores fundamentais no desenvolvimento global da criança, no seu desenvolvimento social, emocional, físico e cognitivo (LAUTERD E SILVA, 2001).

Estas atividades proporcionam o desenvolvimento de pessoas consideradas tímidas, caladas, bem como daquelas agressivas e rebeldes, pois aos poucos, elas iram se conhecendo melhor e aceitando a existência dos outros, estabelecendo relações de solidariedade, amizade e aprendendo a trocar e dividir, enfim a conviver socialmente.

Em relação às funções do lúdico Araújo et al (2011, p. 111) ressalta:

O jogo na escola, mesmo o de atividades físicas, de movimentos, mas, particularmente o que supõe atividades de criação e interpretação (trabalhos manuais, dramatizações), apresenta uma ampla escala de formas de atividades que conduzem diretamente ao trabalho criador, que amadurece a personalidade produtiva.

Embora não nasça sabendo, a criança aprende, no contato com a mãe e com outras crianças, o movimento e as sensações, desenvolvendo a manifestação e a satisfação dos mais diversos desejos, interagindo através de gestos e imitações. Dessa forma aprende-se a se comunicar socialmente e expressar seus desejos e vontades. Segundo os RCNs (1998, p. 181) “as crianças, desde que nascem, participam de diversas práticas sociais no seu cotidiano, dentro e fora da instituição de educação infantil”.

Nesse processo, a criança vai ganhando condições para conhecer e se integrar ao espaço social que a cerca, isto é, ela vai se socializando principalmente através de atividades lúdicas. A qualidade do processo de socialização de uma criança é de grande importância para seu desenvolvimento; os jogos e as brincadeiras agem de maneira positiva em todas as áreas do conhecimento sócio afetiva, cognitiva e motora.

Na área sócio afetiva, proporciona as crianças momentos de competição, de respeito aos colegas e de aceitação de regras, fazendo-as menos egocêntricas. No cognitivo, proporciona a elaboração das estruturas de ordenação, classificação de tempo e espaço, de resolução de problemas e da procura de estratégias para vencer os colegas. Já na área motora, permite ser criativo, recriar e montar seus próprios jogos, suas estratégias para vencer e achar soluções para sair das barreiras do jogo, aperfeiçoando suas habilidades.

Para Lauterd e Silva (2001, p. 10):

Quando na escola as crianças têm a oportunidade de brincar individualmente ou em grupos e dispõem de brinquedos não apenas com fins pedagógicos, vivem uma experiência que enriquece sua sociabilidade e sua capacidade de se tornarem seres humanos criativos.

Segundo essas autoras são de fundamental importância que as crianças tenham contato com brinquedos que não sejam exclusivos para fins pedagógicos, pois os mesmos contribuem para a sociabilidade dos alunos. Família e sociedade são, para as crianças, as primeiras fontes de informações sobre o mundo que os cercam; e dentro deste contexto já devem estar inseridas as atividades lúdicas.

Para Gomes (2007, p. 17):

Aprender é uma ação humana criativa, individual, heterogênea, e regulada pelo sujeito da aprendizagem, independentemente de sua condição intelectual ser mais ou menos privilegiada. São as diferentes ideias, opiniões, níveis de compreensão que enriquecem o processo escolar e clareiam o entendimento dos alunos e professores.

Quando a criança cresce, alguns dos aspectos de seu processo de socialização e aprendizagem são entregues a uma instituição diferenciada: a escola, que de certa forma deve continuar oferecendo oportunidades aos alunos com necessidades educacionais especiais de crescerem socialmente e intelectualmente sem perder de vista que são crianças e têm o direito de brincar. Por este motivo é fundamental que as atividades lúdicas estejam presentes na vida escolar dos alunos.

De um tempo para cá, e por motivos variados a escolarização das crianças tem se iniciado mais cedo. Já desde bem pequenas, as crianças frequentam as creches e pré-escolas, espaços em que sua socialização e aprendizagem se ampliam e se

intensificam. É no contato diário com outras crianças, outros adultos e outros objetos de conhecimento, além daqueles vivenciados no meio familiar que grande parte das crianças brasileiras menores de sete anos tem vivido, hoje, seu processo de desenvolvimento.

Gomes (2007, p. 18) ressalta que:

Para conseguir trabalhar dentro de uma proposta educacional inclusiva, o professor comum precisa contar com o respaldo de uma direção escolar e de especialistas (orientadores, supervisores educacionais e outros), que adotam um modo de gestão escolar, verdadeiramente participativa e descentralizada.

A escola organiza formaliza uma aprendizagem que já se iniciou e que tem permanente continuidade nas experiências da criança no seio da família e no grupo social com o qual convive. Os RCNs (1998, p. 31) destaca que “é importante frisar que as crianças se desenvolvem em situações de interação social, nas quais conflitos e negociações de sentimentos, ideias e soluções são elementos indispensáveis”.

Gomes (2007, p. 17) “Ensinar é um ato coletivo, no qual o professor disponibiliza a todos os alunos, sem exceção, um mesmo conhecimento”. Na escola a aprendizagem organizada desses conhecimentos, ao lado também do aprendizado mais sistemático das normas de convivência, dos hábitos culturais e de outros objetos sociais de conhecimento, pode alterar qualitativamente o processo de socialização e aprendizagem da criança com deficiência intelectual.

Os jogos, as brincadeiras, músicas e outras atividades lúdicas são fatores fundamentais no desenvolvimento global da criança, (desenvolvimento físico, mental, social e cognitivo). Segundo Lauterd e Silva (2001, p. 10): “É preciso ampliar a visão do educador, situando-o em relação à socialização da criança frente ao grupo de colegas, frente aos adultos que compõem o suposto cenário para a aprendizagem: a escola”.

Essa reportagem alerta para a importância do papel do educador na vida dos alunos que nos são confiados desde muito cedo; os educadores têm que estar se atualizando sempre mais sem perder de vista o lúdico e o respeito à individualidade de cada criança. Essa metodologia deve ser construída, levando-se em conta a realidade de cada grupo de criança, a partir de atividades que constituam desafios e sejam ao mesmo tempo significativas e capazes de incentivar a descoberta, a criatividade e a criticidade.

O professor, na perspectiva da educação inclusiva, não ministra um “ensino diversificado” e para alguns. Ele prepara atividades diversas para seus alunos (com e sem deficiência mental) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular Gomes (2007, p. 17).

São nessas estratégias que quero situar as atividades lúdicas como mais uma alternativa metodológica. Para tal, proponho um instrumento de análise dessas atividades que permitem o aproveitamento desse recurso no âmbito da educação e da socialização. Aqui, deve-se prestar especial atenção para não considerar a atividade lúdica como único e exclusivo recurso de ação, já que essa seria uma postura ingênua: o lúdico é uma alternativa significativa e importante, mas sua utilização não exclui outros caminhos metodológicos.

4 A CRIANÇA DO AEE E SEUS DIREITOS

De acordo com o autor: Mittler (2003) a inclusão escolar é uma das dimensões do processo de inclusão social, sendo considerada como um conjunto de políticas públicas e privadas, com o intuito de possibilitar o acesso à escolarização produtiva, a todos os segmentos humanos da sociedade. No Brasil, a Constituição de 1988, assim como a LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) destacam a importância e a urgência de se promover a inclusão educacional, como elemento formador da nacionalidade. Entende-se, portanto, que o processo de inclusão escolar objetiva possibilitar a existência de um sistema educacional que atenda e apoie a todos os alunos, contemplando a biodiversidade, não somente nos limites das salas de aulas, mas no contexto escolar como um todo.

As Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica, 2001, em seu artigo 2º orientam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (ALVES, 2006, p.11).

O Plano Nacional de Educação, 2001, destaca, no capítulo da Educação Especial, que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garantisse o atendimento à diversidade humana” (ALVES, 2006, p.11).

No Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais, (2010, p. 3) vimos que: “a educação inclusiva é um direito assegurado na Constituição Federal para todos os estudantes e a efetivação desse direito deve ser assegurada pelas redes de ensino, sem nenhum tipo de distinção”. Nessa perspectiva acredita-se que a inclusão parte do princípio da aceitação e a diminuição do preconceito fazendo com que o aluno se sinta cada vez mais acolhido.

As questões que se agigantam nesse momento são as seguintes: Como operacionalizar o processo de inclusão escolar? Qual o papel de cada sujeito numa escola inclusiva? Os profissionais inseridos no contexto escolar estão devidamente

preparados para esse empreendimento? A proposta de uma escola inclusiva parte do pressuposto de que todas as crianças podem aprender e fazer parte da vida escolar e comunitária, percebendo a diversidade como meio de fortalecer e oferecer a todos os membros da classe escolar, o maior número de situações de aprendizagem.

Sendo assim, é preciso estruturar a mudança da escola levando em conta o currículo, os processos avaliativos, os registros e os relatórios de aquisições dos alunos, as decisões sobre os agrupamentos na sala de aula, a pedagogia e as práticas docentes. O professor das séries iniciais deve estar atento à lógica do aluno durante todas as atividades propostas, estabelecendo desafios, problematizando, exercendo um papel de mediador entre o conhecimento do aluno e o conhecimento científico (BRASIL, 1996).

O texto constitucional de 1988, Capítulo II, Seção I, Art. 205, diz que:

...a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (...) o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Com isso, foi implantado maior número de serviços de atendimento a essas pessoas, que viviam à margem do sistema regular de ensino. Segundo Diniz (2004) é importante observar que as ações educacionais desenvolvidas a partir de então tiveram um enfoque terapêutico que ainda prevalece em algumas situações. A influência do discurso médico no campo pedagógico deixou livre o campo educacional do compromisso com a produção de conhecimentos sobre a questão da aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual.

Com a intenção de promover a inserção de todos na educação básica, cresce a necessidade de se planejarem programas mais flexíveis, que possam abranger as pessoas com necessidades educacionais especiais, a fim de tirá-las da condição de excluídas (BRASIL, 1988).

De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, s/n):

O princípio fundamental da educação inclusiva consiste em que todas as crianças devem aprender juntas, não importando quais dificuldades ou diferenças elas possam ter. Nessa perspectiva, as escolas inclusivas devem reconhecer as necessidades de todos os alunos, adaptarem-se aos diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, assegurando respostas adequadas por meio de um currículo

flexível, boa organização escolar, diversificação de recursos e entrosamento com suas comunidades Declaração de Salamanca (1994, s/n).

Quando a criança com necessidades educacionais especial inicia desde a Educação Infantil no sistema comum de ensino, isso constitui uma possibilidade de uma trajetória educacional, mais favorável à sua aprendizagem, na medida em que ela pode partilhar de um ambiente comum, conhece e experimenta situações de aprendizagem mais ricas (BRASIL, 2001).

Outro elemento importante na Declaração de Salamanca (1994), é que em nenhum momento, a possibilidade da educação inclusiva é separada da construção de uma sociedade inclusiva, reconhecendo, portanto, o atrelamento da instituição escolar no sistema social, político e econômico vigente na sociedade. O documento enfatiza a necessidade de que a educação seja assumida como a mais alta prioridade política e financeira.

Nesse movimento de mudanças, a escola tem uma importante função e deve ter condições para desempenhá-la com mais segurança e clareza. Para isso, necessita-se que haja investimentos na materialidade das escolas, na formação dos docentes e na valorização dessa atividade. Por outro lado, se não houver uma abertura para o trabalho com a diferença, se os referenciais escolares continuarem os mesmos, não há caminho para a inclusão, ela se torna vazia e sem direção (BRASIL, 2010).

Conforme MEC (1994) para que a proposta de uma educação inclusiva se torne efetiva no interior das escolas, é necessário que se faça uma discussão tanto acerca das mudanças requeridas em termo de concepção (de sujeito, de ensino-aprendizagem, de currículo, de avaliação), quanto da formação docente e da adequação do espaço físico da escola.

São muitos os desafios enfrentados no processo inclusivo dentro das escolas, compromisso de todos os envolvidos, especialmente o professor das séries iniciais, respondendo assim a uma grande gama de necessidades, celebrando a diversidade existente no âmbito educacional. Percebe-se hoje em dia que os alunos são sujeitos que tem diferenças. E essas diferenças devem ser respeitadas em cada área de conhecimento (MEC, 1994).

A transição de uma lógica integradora (que existia antes e consistia em atender separadamente os alunos portadores de necessidades educacionais especial

visando sua integração na sociedade) para uma lógica inclusiva (hoje em vigor em decorrência das leis em vigor) não se faz num relance; é preciso consciência e desejo de encontrar novos caminhos. Dessa forma, educadores, escola e comunidade em geral estarão contribuindo para a efetivação do processo inclusivo em nossas escolas que é lei e deve ser cumprido de forma dinâmica e prazerosa aos olhos de nossos alunos com necessidades educacionais especial, mas as dificuldades para que isso ocorra não podem ser ignoradas (DINIZ, 2004).

Se o nosso objetivo principal como educadores é fazer da escola um espaço de alegria e realização para o aluno, então devemos estar disponíveis a aprender, ensinar e a respeitar as diferenças. E assim como em toda disciplina, para se trabalhar construtivamente é necessário buscar estratégias de ação que vão de encontro com os interesses e reais necessidades do aluno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva ressalta que todos os alunos devem ter o direito à educação, ou seja, todos os alunos com deficiência devem frequentar as escolas regulares. Essa visão requer mudanças na organização das escolas com a finalidade de dar respostas às necessidades de todos os alunos. Neste sentido, não basta apenas garantir o acesso, é primordial realizar mudanças na organização das escolas para que os alunos com necessidades educacionais especiais, possam ter o acesso, a permanência e a aprendizagem necessária.

As políticas públicas são fundamentais para a implantação de um sistema educacional inclusivo no país, pois através delas são definidas e implementadas normas, diretrizes, programas e ações que irão chegar às escolas de todo o país. Nesse sentido, analisamos as ações do governo federal voltadas para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva a partir das suas principais políticas nos últimos anos.

O professor é o responsável por assegurar vínculos de significado e de sentido entre o aluno e o conteúdo escolar. É preciso utilizar para essa mediação, recursos e metodologias de ensino e inclusão que propiciem a participação do aluno especial e a problematização frente às questões do cotidiano.

É importante que o professor repense a sua prática educativa e inclusiva e a forma de lidar com os conteúdos a serem trabalhados. Na maioria das aulas, pede-se ao aluno que aceite uma disciplina organizada fora da sua realidade e cheia de conhecimento social, sem considerar a sua forma de pensar e aprender.

Assim, entende-se que, para a realização de práticas inclusivas no sistema educacional, é necessário adotar mudanças metodológicas e organizacionais no âmbito cotidiano, entre elas, o uso de atividades lúdicas que favorecem a participação de todos na aprendizagem. Este tema torna-se relevante visto que é um assunto que perpassa todo o processo educativo e nós pedagogas temos que ter conhecimento dos direitos dos nossos alunos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Denise de Oliveira. **Sala de Recursos multifuncionais: espaços para atendimento educacional especializado**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

ARAÚJO, Lúcia de Ramos Martins; et al. **Inclusão: compartilhando saberes**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, Petrópolis, 2011.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – Lei Federal nº 8069/90 de 13/07/1990, Rio de Janeiro: Gráfica Digital ALERJ, 2003.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 mar. 2022.

_____. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional: Lei nº 9.394** – Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2022.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. 3. ed. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Manual de Orientação: Programa de Implantação de Sala de Recursos Multifuncionais**. 2010.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do desporto. Secretaria de Educação Fundamental. vol. 01, vol. 02 e vol. 03. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)** / Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. rev. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010. Disponível em: <<https://www.ohchr.org/documents/issues/nhra/programmanacionaldireitoshumanos2010.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2022.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **A Declaração de Salamanca**. Sobre princípios, política e prática em educação especial. Salamanca, Espanha, 7 a 10 de junho/1994.

CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes da. **Metodologia da pesquisa científica: serviço social**. São Paulo: Prentice Pearson, 2011.

DINIZ, Margareth; HAIME, Mônica. **Da Educação Especial à Educação Inclusiva**. IN: Pluralidade cultural e inclusão na formação de professores e professoras. ed. Formato, 2004.

GOMES, Adriana L. Limaverde, *et al.* **Atendimento Educacional Especializado**. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

LAUTERD, Elen Maria, SILVA, Djalma. **Revista do Professor**, 2001, p. 10-12.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MEC – Publicação nº 4 do Ministério da Educação e Cultura, **Educação Especial – Um Direito Assegurado**. Brasília, 1994.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva**. Contextos sociais. Artmed Editora. Porto Alegre, 2003.

SERRANO, Pravato, Ana Maria, apud, LOUSADA, Ana Maria. **Cadernos Pedagógicos do CAEPE**, nº 2. Dificuldades de Aprendizagem, desafios cotidianos e alternativas pedagógicas. Editora: Vila Velha, 2002.